

Especial
Banco do Brasil

BANCÁRIO

Sindicato dos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro
Informativo dos Funcionários do Banco do Brasil - Dezembro 2016
www.bancariosrio.org.br



TEMER VENDE TUDO



EM DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS E DO BB

Plenária, dia 20, no Sindicato debaterá mobilização contra a privatização

NANDO NEVES



Mobilizados contra o desmonte, funcionários do BB participaram da passeata de trabalhadores contra a reforma da Previdência, terça-feira (13/12), da Candelária para a Alerj. Ao lado, o quadro nacional de adesão ao PEAI

O Sindicato convoca os funcionários do Banco do Brasil para uma reunião plenária, no próximo dia 20 de dezembro, às 18h, no auditório da entidade (Av. Presidente Vargas, 502, 21º andar). O objetivo é debater formas de organização da luta contra o desmonte que prepara o banco para a privatização.

Deflagrada a reestruturação, reinam a insegurança e a falta de clareza sobre quando as agências serão fechadas, qual o destino dos funcionários dessas unidades, sobre a opção dos caixas e escriturários, uma vez que até agora só

os comissionados têm informações sobre realocações. Os clientes estão completamente desinformados sobre o destino de suas contas. Quer dizer: o caos que se instalou na política administrativa do governo Temer é o mesmo, de forma piorada, neste momento no BB.

E ainda somos instados a ouvir declarações demagógicas do presidente do banco, Paulo Cafarelli, que disse na segunda-feira (12), em Brasília, que vai se empenhar em realocar todos os funcionários excedentes, depois das 9.409 adesões ao Programa Especial de Aposentadoria

Incentivada (PEAI).

“Tudo que não precisamos nessa hora é do cinismo do presidente do banco. Enquanto ele faz demagogia na imprensa, as negociações de seus prepostos com a Comissão de Empresa não avançam”, disse a diretora do Sindicato Rita Mota, que participa das negociações com o banco.

Nas reuniões dos dias 1º e 8 de dezembro, em Brasília, o banco rejeitou as principais propostas de comissão, entre elas a que reivindica a criação da verba de caráter pessoal (VCP) permanente para garantir a mesma remuneração ao

funcionário até sua realocação. Também não aceitou estabelecer critérios objetivos e imparciais de nomeação no sistema TAO (talento e oportunidades) para aqueles que ficarem sem local de trabalho e sem comissão.

“Por isso, é importante a participação maciça dos funcionários na plenária para traçarmos os rumos do movimento em defesa dos nossos direitos e contra a privatização do BB”, finalizou Rita.

UF	Var-Dotação	Adesões
AC	-39	23
AL	-76	113
AM	-92	26
AP	-23	12
BA	-533	577
CE	-216	328
DF	-94	918
ES	-78	120
EX	1	0
GO	-206	201
MA	-169	145
MG	-747	952
MS	-121	117
MT	-145	138
PA	-163	108
PB	-117	114
PE	-204	340
PI	-112	134
PR	-563	566
RJ	-734	659
RN	-114	111
RO	-73	49
RR	-20	7
RS	-549	529
SC	-493	317
SE	-47	83
SP	-3.499	2.680
TO	-69	42
TOTAL	-9.295	9.409

Reestruturação pode afetar saúde mental dos bancários do BB

O mais recente plano de reestruturação do BB faz lembrar da década de 90, quando empresas públicas foram sucateadas e encolhidas para se adaptarem à privatização. As medidas recém-anunciadas para o BB – fechamento de agências pouco lucrativas ou sua transformação em Postos de Atendimento (PAB), corte de funções comissionadas e Plano de Aposentadoria Incentivada (PEAI) – têm o mesmo objetivo.

Isto não é especulação. Em 12 de maio, horas depois do afastamento de Dilma Rousseff da presidência, o então interino Michel Temer publicou a Medida Provisória 727, que cria o Programa de Parcerias e Investimento. Em setembro, o Congresso a ratificou e converteu na Lei 13.334/2016. Apesar do nome “parcerias”, a nova lei inclui a íntegra da Lei 9.491, que criou o Programa Nacional de Desestatização, em 1997.

PARA ONDE VAI?

Pelo plano atual, haverá extinção de funções e redução da dotação das unidades. “Ninguém sabe para onde vai, as pessoas vão ficar numa situação que é chamada de sem localização”, explica Rita Mota, bancária do BB e representante da base da Fetraf-RJ/ES na CEE/BB. Com número menor de agências e menos postos de trabalho em boa parte das dependências, vai ser difícil realocar todo mundo.

Os descomissionamentos e a redução de dotação também podem gerar abundância de escriturários. Os empregados que mantiverem sua comissão vão ter que assumir o serviço dos colegas que perderam. Em momentos de necessidade, quem retornou ao posto inicial pode acabar desempenhando outras tarefas, inclusive aquelas do cargo que não ocupa mais. Há risco de sobrecarga de trabalho, que provoca adoecimento, e de desvio de fun-

ção, que gera passivo trabalhista.

TRAUMA

O PDV de 1995, que preparou o BB para a privatização, foi traumático. Os empregados foram pressionados a aderir e a angústia tomou conta de quem ficou. “Houve uma quebra de paradigma. As pessoas esperavam trabalhar no Banco do Brasil até se aposentar. Com o PDV, percebemos que não podíamos mais ter esta expectativa. Numa cartilha distribuída aos funcionários naquela época, o BB deixou claro que não estava oferecendo nenhuma garantia de emprego”, lembra Rita Mota.

O impacto emocional do PDV de 1995 era previsto, tanto é que a consultoria de RH contratada para montá-lo elaborou um material para orientar os gestores a lidarem com a situação. “Eles sabiam que a quebra do vínculo psicológico entre

os funcionários e o banco teria consequências graves. Então, prepararam os gerentes para o que viria pela frente”, lembra Rita. Uma das situações previstas era que os remanescentes sofressem depressão. A consequência mais severa foi a ocorrência de dezenas de suicídios.

MAIS GRAVE

O PEAi oferece vantagens atraentes para os bancários que aderirem. “O BB queria que o número de adesões chegasse o mais perto possível da meta de 9,3 mil funcionários”, esclarece Rita Mota. De fato, esta meta foi superada, com 9,4 mil adesões.

Mas quem permaneceu terá que enfrentar a uma situação adversa. Já em 1995 o BB anunciava que estava se transformando num “banco de mercado” e isto foi plenamente implementado nos últimos anos. Esta mudança de perfil fez as pres-

sões por cumprimento de metas e o assédio moral atingirem níveis insuportáveis. Os bancários do BB passaram a fazer uso regular de medicamentos “tarja preta” e os transtornos mentais já empatam com as LER/DORT como causa de afastamentos.

A tendência é que este quadro piore. “O emprego no BB continua sendo visto como estável, já que as demissões são raras, mas os descomissionamentos geram muita angústia e ansiedade. Com a reestruturação, estamos vendo uma nova quebra do vínculo psicológico”, avalia Rita Mota.

Se considerarmos a reforma da previdência e o risco da terceirização ilimitada ser aprovada no Congresso, temos hoje uma situação muito mais alarmante. Nesta conjuntura, o impacto de uma reestruturação deste porte sobre a saúde psicológica dos funcionários tende a ser ainda maior.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Subsede de Campo Grande:** Rua Manai, 180, CEP: 23052-090 – Campo Grande – Tel.: 2415-0725 - 2415-0159 – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Estagiária:** Larissa Rodrigues - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 22.000**

Iniciativas parlamentares reforçam a nossa luta



O presidente do Sindicatos dos Bancários de Brasília, Eduardo Araújo, fala durante audiência convocada pelos deputados Erika Kokai (PT) e Daniel Almeida (PC do B), na Câmara dos Deputados



Os vereadores Jorginho do SOS (PMDB) e Reimont Otoni (PT), segundo à esquerda, vão atuar junto ao Procon para garantir direitos de clientes e funcionários

Na busca por apoio à luta dos funcionários do BB contra o desmonte, o Sindicato, a Fetraf-RJ/ES e a Contraf-CUT tentam envolver a Câmara dos Vereadores, a Alerj e a Câmara dos Deputados.

No Rio, o vereador Reimont Otoni (PT), funcionário do banco – propõe uma audiência pública para debater a reestruturação do BB. Além disso, Reimont e o vereador Jorginho do SOS (PMDB), presidente da Comissão de Direitos do Consumidor da Câmara Municipal, vão acionar o Procon para garantir os direitos dos clien-

tes e dos funcionários do banco. Em carta que será entregue, na próxima semana, a cada vereador, o Sindicato mostra os prejuízos que a cidade terá com o fechamento das agências.

No documento enviado ao Procon, o banco é acusado de descumprir o artigo 37º da Constituição Federal, os artigos 6º, 20º, 30º, 35º e 51º do Código de Defesa do Consumidor, todos referentes a direito dos consumidores bancários. O ofício da Comissão de Direitos do Consumidor da Câmara Vereadores ao Procon pede

a concessão de tutela de urgência em ação civil pública que pleiteia o pleno funcionamento de todas as atuais agências do BB e que a empresa explique os motivos da reestruturação.

No plano estadual, a Fetraf-RJ/ES e o Sindicato vão elaborar um documento para denunciar a reestruturação do banco e os grandes prejuízos que o processo vai trazer para o estado. O deputado estadual Waldeck Carneiro (PT), presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Alerj, propõe uma audiência conjunta

com a Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social sobre o desmonte.

Na Câmara dos Deputados, foi realizada uma audiência pública a pedido dos deputados Eica Kokay (PT) e Daniel Almeida (PCdoB) com a presença de representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), representantes da CUT e da CTB e os membros da Comissão de Empresa. O MPT vai instaurar um processo de mediação e haverá audiência com entidades sindicais na próxima semana.

Comissões de conciliação: interessados devem procurar o Sindicato

As comissões de conciliação prévia (CCP) e de conciliação voluntária (CCV) foram criadas como tentativa de construção de acordos entre os patrões e os trabalhadores, evitando contendas judiciais. Em casos de demandas judiciais, as comissões de conciliação devem anteceder o ajuizamento da ação. Por decisão de assembleia, o Sindicato mantém abertas as duas comissões.

A CCP é para trabalhadores

que saíram do banco por demissão ou aposentadoria. O pedido pode ser feito até dois anos após a ruptura do contrato de trabalho. A retroatividade é de cinco anos. Todo tipo de pedido pode ser feito na CCP.

A CCV se destina aos bancários da ativa que tiveram perda salarial por causa de reestruturações. Embora os sindicatos reivindicassem que a CCV fosse aberta a todos os funcionários, ela só atende aos

cargos que foram alterados na última reestruturação, indicados unilateralmente pelo banco. A Contraf-CUT e o banco estão negociando a realização da CCV destes cargos.

Os interessados em entrar numa das comissões devem entregar o pedido à Secretaria de Bancos Públicos do Sindicato (Av. Presidente Vargas, 502, 20º andar, telefone 2103-4122/4123). Uma audiência de conciliação será marcada entre

o interessado e o banco com a presença do Sindicato, na sede da entidade. O bancário não sofrerá prejuízo em sua carreira funcional, se recusar a proposta do banco.

Para consultar um advogado ou ajuizar ação contra o banco, o bancário sindicalizado pode procurar o Departamento Jurídico do Sindicato (Av. Presidente Vargas 502/20º andar, telefones 2103-4129).

Governo ilegítimo retoma privatização do Banco do Brasil

O funcionalismo do BB tem que ficar atento e mobilizado contra o processo de privatização do banco que está em curso. Ninguém pode ficar fora dessa luta. A luta é de todos os funcionários, cujo futuro é o que está em jogo.

O Programa de Participação em Investimentos (PPI) do governo Temer ressuscita integralmente a Lei N° 9.494 de 1997, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND) no governo FHC. As privatizações serão definidas por decreto e passarão a desfrutar da condição de prioridade nacional. A execução ficará a cargo do Conselho do PPI, que passa a desempenhar as mesmas atribuições do Conselho Nacional de Desestatização criado pela mesma lei, que esteve à frente das privatizações de FHC.

Um conjunto de medidas recentemente anunciado pela direção do banco aponta no sentido de enxugar a empresa para preparar a privatização. Há um programa de demissão em curso e uma reestruturação que vai fechar ou reduzir cerca de 800 agências no país com o descomissionamento de milhares de colegas. O objetivo é reduzir o espaço do banco público no mercado e abrir mais espaço para a iniciativa privada. São mais de 9 mil aposentadorias pelo PEAI (Programa Especial de Aposentadoria Incentivada) e 12 mil colegas sem localização para trabalhar. A reedição dos elegíveis do PDV de 1995.

Já vimos esse filme da dupla PSDB-PMDB na era FHC, quando por decisão política foi criado um prejuízo de R\$8 bilhões no BB na época, por conta de créditos agrícolas. Esses créditos eram de responsabilidade do governo federal. O fato serviu de pretexto para que em 1995 tivéssemos o PDV, no qual os funcionários mais antigos - os chamados "elegíveis" - foram forçados a deixar o banco, sob todo tipo de pressão, humilhação e ameaça para forçar os pedidos de demissão. Em 1994, tínhamos 119 mil colegas e em 2002, 79 mil. Uma redução que resultou tragicamente em dezenas de suicídios, oito anos de reajuste zero e a perda de direitos por parte dos que ficaram.

Em 1997, tivemos a aprovação da Lei 9.494 do Programa Nacional

de Desestatização (PND) que legalizou e instrumentalizou todo o processo de privatização da era FHC. Em 8 de março de 1999, um memorando do Ministério da Fazenda sobre ajuste fiscal colocava claramente a intenção do governo brasileiro em privatizar diversas empresas, e no caso do BB previa claramente a privatização imediata da BB DTVM. O memorando se referia a um entendimento do governo FHC com o FMI de novembro de 1998.

Em 2000, foi contratada a consultoria Booz Allen e Hamilton para fazer um estudo sobre as instituições financeiras públicas federais (IFPF) e apresentar ao governo e ao FMI e subsidiar a redução da participação do Estado na economia. Entre as soluções propostas estavam a retirada do mercado das IFPF, reservando a

elas tão somente o papel agências de fomento e apoio ao desenvolvimento, deixando todo o restante para a iniciativa privada. Em outro ponto mais radical, o estudo propõe que o Estado seja somente o responsável pela regulação e fiscalização do sistema, ou seja, a privatização total dos bancos públicos. No estudo são citadas diversas experiências internacionais de gastos e investimentos sociais feitos pelos estados sem a participação de bancos públicos, sugerindo a viabilidade da privatização das IFPF.

A Bozz Allen e Hamilton aponta ainda um conjunto de possibilidades e no final conclui que o melhor seria privatizar essas empresas e transferir para a iniciativa privada todo o sistema financeiro nacional. O discurso é sempre o mesmo contra o Estado e a favor do mercado,

inclusive dizendo claramente que era urgente e necessário eliminar a competição entre os bancos públicos e a iniciativa privada pelo mercado comercial.

Em 2002, com a derrota eleitoral dos defensores da privatização, o projeto foi suspenso e daí em diante há uma inversão do processo com o crescimento e o fortalecimento do Estado e dos bancos públicos. De 2003 para cá, cresceram no mercado e a atividade comercial.

Atualmente, com o golpe de Temer e o ressurgimento das forças conservadoras no governo federal, voltaram as ameaças orquestradas

pela dobradinha PSDB-PMDB.

Em entrevista ao "Correio Brasileiro" de 12 de dezembro deste ano, o atual presidente do BB, Paulo Cafarelli, não negou a possibilidade de privatização do banco, limitando-se a dizer: "não comento este assunto". Vale lembrar que ele já tinha mentido à imprensa e à CVM sobre os juros, sobre demissões no BB e agora mente sobre o processo todo ter sido negociado com o funcionalismo. Não dá para acreditar nesta direção do banco e nem neste governo que, com certeza, está preparando o BB para a privatização. "Só a luta nos garante".

